



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 16 de novembro de 2017

Programas de ajustamento económico da Grécia: algumas reformas apesar das insuficiências, afirmam os auditores da UE

Os programas de ajustamento económico acordados para a Grécia após o início da crise financeira asseguraram a estabilidade financeira a curto prazo e possibilitaram a realização de alguns progressos em termos de reformas, segundo um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu. Porém, os programas apenas ajudaram a Grécia a recuperar até certo ponto e, em meados de 2017, não tinham conseguido restaurar a capacidade do país para financiar as suas necessidades nos mercados.

O primeiro programa de ajustamento económico, em 2010, tinha um valor de 110 mil milhões de euros, tendo-se seguido dois outros programas, um de 172,6 mil milhões de euros, em 2012, e outro de 86 mil milhões de euros, em 2015. Os programas visavam estabelecer uma situação económica estável na Grécia, cobrindo as necessidades de financiamento da economia em contrapartida de reformas estruturais abrangentes, evitando desta forma o contágio à restante área do euro.

"Estes programas incentivaram a realização de reformas e permitiram que a Grécia evitasse o incumprimento. Mas a capacidade de o país se financiar totalmente nos mercados financeiros continua a constituir um desafio", afirmou Baudilio Tomé Muguruza, o Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório.

Os auditores constataram que a Comissão não tinha experiência anterior na gestão de um processo deste tipo e que as condições dos programas não foram devidamente ordenadas em função da sua importância nem integradas numa estratégia mais ampla para o país. Além disso, os pressupostos macroeconómicos dos programas não estavam suficientemente justificados. A cooperação com outras instituições era eficaz, mas informal. O acompanhamento do cumprimento realizado pela Comissão relativamente à execução dos programas pela Grécia era bom.

Os auditores encontraram igualmente uma imagem heterogénea na conceção e execução das reformas em quatro domínios de intervenção cruciais: fiscalidade, administração pública,

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral do relatório encontra-se em www.eca.europa.eu.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu

@EUAuditors

eca.europa.eu

mercado de trabalho e setor financeiro. As reformas da fiscalidade e da administração pública permitiram poupanças orçamentais, mas a execução das componentes estruturais foi muito menos satisfatória. O setor financeiro foi alvo de uma profunda reestruturação, mas que implicou um custo considerável.

Globalmente, os auditores constataram que os objetivos específicos dos programas foram apenas parcialmente concretizados. Os programas conduziram a uma consolidação significativa, tendo o saldo orçamental subjacente melhorado em 17% do PIB no período de 2009-2015. Contudo, devido ao declínio da atividade económica durante o mesmo período, aliado aos custos de financiamento da dívida anteriormente acumulada, o rácio dívida/PIB da Grécia aumentou continuamente. Por conseguinte, o país continua sem capacidade para financiar integralmente as suas necessidades nos mercados.

No âmbito desta auditoria, os auditores tentaram examinar a participação do Banco Central Europeu (BCE) nos programas, em consonância com o mandato do TCE para auditar a eficácia operacional do BCE. No entanto, o BCE questionou o mandato do Tribunal e não forneceu elementos de prova suficientes, pelo que os auditores não estavam em condições de prestar informações sobre o papel do BCE.

Os auditores formulam várias recomendações à Comissão Europeia no sentido de melhorar a conceção e a execução dos programas de ajustamento económico. Estas recomendações foram aceites na totalidade.

Nota aos diretores das publicações

A crise financeira global deu origem a uma recessão económica e uma crise da dívida na Europa. Os países com desequilíbrios macroeconómicos e fragilidades estruturais enfrentaram grandes dificuldades. Após a sua entrada no euro, a Grécia beneficiou de uma expansão económica impulsionada pelo acesso facilitado a empréstimos e por uma política orçamental generosa. Contudo, a crise expôs as vulnerabilidades do país e, em abril de 2010, a Grécia já não conseguia financiar-se de forma viável nos mercados financeiros. O país solicitou assistência financeira aos Estados-Membros da área do euro e ao FMI.

Desde 2010, a Grécia participou em três programas de ajustamento económico, concebidos em colaboração com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional. O terceiro programa implicava igualmente o Mecanismo Europeu de Estabilidade. A assistência estava sujeita a condições políticas, definidas por acordo entre as autoridades gregas e os credores. Esta auditoria insere-se num conjunto de auditorias realizadas nos últimos anos sobre as medidas e as reformas empreendidas em resposta à crise financeira. Avaliou de que forma a Comissão Europeia geriu os dois primeiros programas e concebeu o terceiro.

O Relatório Especial nº 17/2017 "A intervenção da Comissão na crise financeira grega" está disponível no sítio Internet do TCE (eca.europa.eu) em 23 línguas da UE.